



Anais da Assembléia

N.º 53

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 49.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1984.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Anibal Khury.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Guibert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 87/84 constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1983.
(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a tramitação em REGIME DE URGÊNCIA, do Projeto de Lei n.º 259/83 que dá nova redação ao Projeto de Lei Complementar n.º 02 de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios) referentes aos subsídios dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja suspensa a Sessão do dia 14 do corrente, para que, nesta data, seja realizado o V FÓRUM DE DEBATES.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um VOTO DE REGOZIJO pela passagem do aniversário de instalação do Bispado de Campo Mourão, ocorrida há 25 anos.

Solicita, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à Diocese de Campo Mourão, aos cuidados do Bispo Virgílio de Pauli.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO

AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Justificamos nosso requerimento, calçados na assertiva cristã, de que a religião é o sustentáculo de uma Nação, de um povo e ainda, de uma comunidade, como é o caso do que se sucedeu em Campo Mourão.

A região, nos tempos passados, quando ainda surgia como horizonte de esperança, recebeu a benção de Sua Santidade o Papa, aurida de Deus certamente, para, mais exatamente na cidade de Campo Mourão, ainda embriã de um futuro promissor, ser a sede de um bispado.

Daí então, a cidade progrediu, sob a égide de Cristo, e com ela progrediu também a fé na religião maior do Brasil.

Todos os que conheceram Campo Mourão

nas eras passadas sabem o quanto a Diocese local contribuiu para o crescimento do Município, isto analisado em todos os aspectos, quer no ângulo social, quer no econômico, quer no espiritual, com isso dando segurança a todos os que aportavam na região, em busca da construção do seu lar, sabedores de que Deus estava e sempre esteve presente.

Como que reportando a frase de Cristo Jesus que ao dirigir ao fundador da Igreja, disse:

"Simão Pedro, sobre ti, edificarei a minha Igreja", entendemos que assim, o fez em Campo Mourão, sobre o querido e respeitável Bispo Elísio Simões Mendes. Pois sobre ele foi alicerçada a fé católica da região que ainda nascia, e que agora transferida da Sua Excelência Reverendíssima D.Virgílio De Pauli, que pela sua humildade e espiritualidade, que lhe é peculiar, traz-nos a certeza de que a fé cristã será sempre o ponto de apoio para o progresso e a paz da família mourãoense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado o mais veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, no sentido de que se faça a abertura dos escritórios da Acarpa nos Municípios de Boa Vista da Aparecida, Tamboara, Lupionópolis, Rio Bom e Presidente Castelo Branco.

Tal pedido se faz necessário para que estes municípios possam contar com o apoio da Acarpa, dando assistência à classe trabalhadora rural, visto que nestas localidades há carência de assistência técnica.

Por estes motivos é que solicitamos a abertura dos escritórios, e temos a certeza, nosso requerimento contará com o apoio dos ilustres Pares que compõem esta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Delegado Regional do Trabalho, ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes e ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Curitiba, o mais veemente apelo no sentido de que se apure, com a máxima urgência, o que consta dos seguintes quesitos, no que se refere ao funcionamento das empresas concessionárias do transporte urbano em Curitiba e no Estado do Paraná.

I- A existência do sistema denominado

"carro direto", no qual motorista e cobrador fazem uma jornada de trabalho de até 16 horas diárias. No caso de resposta afirmativa e de as horas de trabalho prestados por aqueles trabalhadores excederem o período normal, como são feitos os recolhimentos dos encargos sociais correspondentes a este excesso?

II- A adoção do sistema denominado "dupla pegada", na qual motorista e cobrador entram no serviço às primeiras horas da manhã, para atender ao maior fluxo de tráfego no início do dia, perfazendo uma jornada de quatro a quatro horas e meia, ficando após isto recolhida à garagem, à disposição da companhia, para completar a jornada de oito horas nas horas de pico vespertino, sem que lhes seja feito qualquer pagamento pelas horas em que estão recolhidos.

III- Se o número teórico de funcionários que constam nas planilhas coincide com o número de funcionários que realmente trabalham e recolhem as contribuições sociais, nas folhas de pagamento das companhias.

Por se tratar de assunto da mais alta relevância social, o requerente conta com o indispensável apoio dos nobres Senhores Deputados na aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoio: Homero Oguido, Fiori Luiz, Nilso Sguarezi, Hermas Brandão, Tadeu França e Rubens Bueno.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER o envio de mensagem desta Casa, através de Telex, ao Ministro dos Transportes Cloraldino Severo, repudiando a federalização dos portos paranaenses e exigindo a revogação desta decisão.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento, por telex, da mensagem em anexo, repudiando a federalização dos portos paranaenses e exigindo a revogação desta decisão, nos termos que apresenta.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

O PORTO É NOSSO

Recebemos com perplexidade notícia oriunda deste ministério de que o Governo Federal assumirá o controle dos portos do sul do País, inclusive os paranaenses de Paranaguá e Antonina, sendo a medida extensiva aos portos fluviais, estendendo o controle da PORTOBRÁS às vias de navegação

interna, atingindo os portos de Guaíra e Foz do Iguaçu.

Informamos à Vossa Excelência que a Assembléia Legislativa do Paraná, expressando a posição do povo paranaense, se coloca frontalmente contra a federalização e exige a revogação desta decisão por entender que ela vem acentuar o já sufocante centralismo político e econômico que a união submete os Estados e Municípios.

Entendemos que a federalização não encontra sustentação do ponto de vista político, e muito menos no aspecto administrativo, pois o Governo José Richa ao tomar posse recebeu o Porto de Paranaguá com um déficit de 500 milhões de cruzeiros, e já no primeiro ano de governo conseguiu um superávit de três bilhões de cruzeiros, que no primeiro trimestre de 1984, cresceu para quatro bilhões.

Repudiamos também, a forma autoritária com que esta decisão foi tomada, sem qualquer consulta aos dirigentes e representantes de nosso Estado, desconhecendo o Executivo Estadual, esta Casa de Leis e os paranaenses como um todo, passando por cima do pouco que ainda resta de nossa autonomia, desrespeitando o princípio federativo de nossa Constituição.

Mas, tenha certeza, Senhor Ministro, a federalização não será aceita passivamente pelos paranaenses, pois é um direito legítimo de nosso Estado administrar seus portos. Estaremos unidos para barrar esta decisão centralizadora, arbitrária e equivocada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor João Elísio Ferraz de Campos, MD. Secretário de Estado das Finanças, solicitando providências visando a reabertura da Agência de Rendas do Distrito de Tamarana, Município de Londrina, uma vez que o fechamento está ocasionando prejuízos aos moradores de Tamarana, como também de Lerroville, Paiquerê, Irerê e Guaravera.

Lembro, outrossim, que a Câmara Municipal de Londrina, por iniciativa dos Vereadores Carlos Sigueru Kita e Luiz Aranda Fanoy, aprovou requerimento nesse sentido.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Di-

retor-Superintendente da Emopar- Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, para que seja estudada a real possibilidade de se efetuar a realização de reformas gerais na Unidade Sanitária localizada na Municipalidade de Terra Boa.

Trata-se de uma reivindicação por demais justa, uma vez que é considerado o seu estado bastante precário, conforme manifestação contida em correspondência assinada pelo Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura, Prefeito Municipal de Terra Boa.

Atualmente, em face das condições verificadas, cada vez mais fica comprometido o próprio cumprimento das determinações das normas de higiene e saúde pública, fatos que só têm contribuído nas reclamações sempre crescentes feitas pelo conjunto da população daquela cidade.

Aguarda-se dessa Emopar, e Secretaria de Estado da Administração o posicionamento que venha de encontro aos verdadeiros interesses neste Requerimento manifestados.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Olímpio de Paula Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Administração, sugerindo doação de um veículo tipo ambulância para o Posto de Saúde de Tapejara.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Tapejara conta com grande população rural carente de assistência médica, resultante da influência gerada pelo complexo da usina de álcool instalada no Município, fator que aumentou a geração de empregos, aumentou a arrecadação fiscal e aumentou as obrigações municipais no que diz ao retorno de apoio às suas populações que fazem parte integrante do desenvolvimento. Inclua-se nesse contexto a assistência social ao Núcleo familiar do trabalhador canavieira que aumenta dia a dia na maior extensão do plantio de cana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da Emopar-Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais, em caráter emergencial, no Colégio Unidade Pólo, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Em Sessão Plenária realizada no dia 22 de setembro, apresentei requerimento objetivando a realização imediata de reformas gerais no Colégio Unidade pólo, na municipalidade de Campo Mourão. No entanto, decorrido um longo tempo o que se verificou foi apenas o devido levantamento técnico realizado por pessoal capacitado da Emopar.

Desta maneira, através deste novo encaminhamento, venho reiterar tal reivindicação, atendendo deste modo, a iniciativa da Digníssima Diretora daquele estabelecimento educacional, a Senhora Marli Bernadete Hamnerschmidt, que por sua vez, não tem medido qualquer esforço no sentido da eliminação dos problemas, que aliás são diversos, vivenciados.

Trata-se portanto, de interesse não somente daquela direção escolar, mas também do conjunto dos demais professores, funcionários e do estudantado, o que merecerá por certo, uma pronta avaliação dessa empresa e Secretaria de Estado, no que se refere a imediata realização de reformas gerais, conforme consta nos levantamentos técnicos desenvolvidos.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Ministro de Estado da Justiça, ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Secção Paraná, ao Presidente da União Brasileira dos Vereadores e aos Líderes dos Partidos Políticos no Congresso Nacional, em que solicita providências quanto às agressões perpetradas contra o VEREADOR CIRO DIAS, por agentes da Polícia Federal do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

No dia 8 de junho corrente, sexta-feira exatamente às 16 h e 30 min., o VEREADOR CIRO DIAS, funcionário público federal lotado na Polícia Rodoviária Federal do Município de Foz do Iguaçu, esteve na Delegacia de Polícia Federal, sediada na cidade-sede fronteira, para obter informa-

ções a respeito do roubo de carros na Região Oeste do Estado do Paraná.

Não havendo ninguém na recepção da Delegacia, o VEREADOR CIRO DIAS, adentrou as dependências e encontrou funcionário seu conhecido, que o aconselhou a aguardar a chegada do plantonista. Ao voltar para o lugar, onde aguardara por cerca de vinte minutos a recepção de algum funcionário, encontrou o plantonista que lhe perguntou com que ordem havia entrado nas dependências da Delegacia, ao que respondeu argumentando que não encontrara ninguém na recepção. Imediatamente, a conversa degenerou em agressão do plantonista contra o Vereador, que foi levado com violentos empurrões a uma saleta onde se encontravam mais dois elementos, conforme declarações do próprio Vereador.

Ali foi golpeado com vários empurrões e com poderoso pontapé no estômago, o que o fez perder a voz. Nisso, aproximou-se outro elemento com um fio na mão, com forte indício de que iria praticar torturas e serviços, somente cessando a ameaça com a chegada de quarto agente que provavelmente informou tratar-se de Vereador e Patruheiro Federal.

Cessado o episódio, foi o Vereador levado à presença do Delegado que o aconselhou a encerrar o caso por ali, dizendo que deveria haver um bom relacionamento entre a Polícia Federal e os demais órgãos.

Considerando a gravidade da ocorrência, no que se refere ao aspecto político e moral, passamos à apreciação do Ministério de Estado da Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil e da União Brasileira dos Vereadores do Brasil, para que se adotem as providências cabíveis ao caso. É a instituição parlamentar e o poder Legislativo que se sentem atacados, donde a necessidade de tomada de posição de todos quanto se preocupam, verdadeiramente, com a ampliação dos espaços democráticos até aqui conquistados e retorno ao pleno Estado de Direito.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 136/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica denominada "RODOVIA DO MILHO" a PR 272, que liga a BR 376 (MAUÁ) à sede do município de Ivaiporã.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A PR 272 atende atualmente inúmeros municípios, entre os quais Faxinal, Jardim Alegre e Ivaiporã, todos estes onde há prevalência de pequenas ou médias propriedades agrícolas, as quais se dedicam ao plantio de cereais principalmente do milho.

Ivaiporã, município dos mais desenvolvidos de todo o nosso Estado, é atualmente reconhecida como a Capital do Milho e nada mais justo denominar-se com o nome ora pretendido a estrada que faz hoje o escoamento da produção, trazendo com isso o progresso não só para a região, mas também a todo o Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N.º 137/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O aumento das tarifas dos transportes de passageiros intermunicipais, inclusive os das regiões metropolitanas do Estado, somente poderão vigorar após a aprovação do Poder Legislativo.

Parágrafo único - Semestralmente, a sistemática de cálculo das tarifas estabelecidas pelas planilhas que estabelecem o índice dos aumentos, serão encaminhados ao Poder Legislativo para a sua apreciação.

Art. 2.º - As concessões de novas linhas de transportes de passageiros intermunicipais e regiões metropolitanas, serão objetos de licitação conforme o estabelecido no Decreto 5.246, de 29 de março de 1974, deverão ser homologadas pelo Poder Legislativo.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoiamentos:

Hermas Brandão, Nilso Sguarezi, Fiori Luiz, Tadeu França, Rubens Bueno e Homero Oguido.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente as tarifas dos transportes de passageiros intermunicipais sofrem periódicos aumentos sem que sejam conhecidos e divulgados os verdadeiros índices que o estabelecem.

Através do presente plano de lei, estamos propondo ao crivo do Poder Legislativo para que esses aumentos sejam estabelecidos após a divulgação e conhecimento da comunidade e dos usuários, como também, que este Legislativo seja consultado quando das concessões de novas linhas.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado

Ervin Bonkoski, inscrito. (Ausente) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, já no horário do Grande Expediente. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, inscrito. (Ausente). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Escorsin, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos assistido, nesta Casa, destemperos verbais do PDS em relação ao Governo do PMDB. O Líder da Oposição, nesta Casa, tem usado da tribuna para questionar o Governo do PMDB, numa autenticação de uma Oposição desesperada.

Como Deputado do PMDB, entendo que os progressos fundamentais do governo democrático eleito em 15-11-82 são omitidos nos debates e pretendo fazer alguns comentários dos progressos alcançados pelo Governo José Richa e comentários que iniciarei pelos feitos da política agrícola estadual.

Política agrícola rigorosamente mantida dentro dos compromissos de campanha e dentro do programa partidário.

Promovi alguns estudos e solicitei da Secretaria da Agricultura, resposta a alguns assuntos de interesse do Paraná. Como todos sabemos, a responsabilidade da Secretaria da Agricultura se faz nas áreas de extensão rural, de pesquisa, de classificação, de abastecimento, de regularização fundiária, da política florestal e ambiental, do fomento da produção de semente de algodão e do armazenamento.

São apenas 30 minutos e não é possível abordar todos esses assuntos. Por esta razão, pretendo continuamente vir a esta tribuna e trazer não somente os resultados alcançados pela política do PMDB e submeter o debate a outras áreas que possam não estar alcançando resultados desejados.

No critério pessoal e baseado no programa partidário e em contatos no interior, selecionei as áreas que mais estão presentes no Estado do Paraná, a saber: extensão rural, abastecimento, regularização fundiária, fomento e armazenagem.

Áreas de responsabilidade da ACARPA, da CEASA, do ITC, da CAFE do Paraná, e da COPASA.

Ninguém pode desconhecer o trabalho dessas empresas vinculadas à posse do Governo democrático e popular do PMDB. Desde a saída do "fundo do poço" da CAFE do Paraná, até a implantação de um programa de abastecimento modelo neste País, ou o trabalho social de João Bonifácio Cabral do ITC, ao profundo programa de descentralização promovido pela ACARPA, até programas

de armazenagem a nível de propriedade e executado pela COPASA vem ocorrendo com profundidade na política agrícola estadual.

Farei comentários nesta Casa sobre este trabalho, para clarear a visão daqueles que têm a trava no olho, para clarear a mudança efetiva que ocorre neste Estado e que essas pessoas não querem ver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não resta dúvida de que esse tempo de trinta minutos é insuficiente para abordarmos com profundidade toda a política desenvolvida em um ano de governo, especificamente da Secretaria da Agricultura.

Por esta razão, darei hoje, com sequência, às questões da política agrícola estadual no que diz respeito ao abastecimento, sem dúvida alguma, uma das questões que mais tem atormentado o dia a dia do povo brasileiro, é a fome. Fruto de uma política econômica e social irresponsável, e subordinada a interesses escusos ao da Nação. A condição de miséria do povo é uma constatação que, até mesmo, o Instituto de Planejamento Econômico e Social da CEPLAM, da Previdência da República, reconhece, que 86 milhões de brasileiros passam fome. Isto é, 66% da população não possui o suficiente para consumir o mínimo de duas mil duzentas e quarenta calorias diárias, recomendadas pela Organização Mundial da Saúde.

Esta situação que é fruto de uma política injusta e imposta pelo Governo Federal do PDS, torna-se ainda mais grave pela inexistência de uma política de abastecimento alimentar no País, que contemple, com a ênfase que o assunto merece, os segmentos da produção, comercialização e consumo.

A inexistência dessa política de consumo, não é por falta de estrutura ou instrumento, Srs. Deputados. É por descaso, é por negligência, é por incompetência com assuntos desta ordem em que faz parte o Governo Federal. Porque eles possuem todos os órgãos e mecanismos necessários para o desenvolvimento dessas políticas. Possuem a COBAL, a CFP, o Crédito Rural, mas, entretanto, o que presenciamos é descaso para com o povo, o abandono da maioria e a incompetência da minoria.

Mas aqui no Paraná, após um ano e meio de Governo, nós temos o que dizer ao povo do Paraná. O Governador elegeu como uma das prioridades de seu governo, pela importância que o tema merece, o abastecimento alimentar. Numa tentativa clara de atender esta massa faminta à altura de suas necessidades e em busca de melhores condições de vida para os paranaenses. Através da Secretaria da Agricultura, montou-se uma política de abastecimento alimentar para o Paraná, com resultados que

se refletem no dia a dia da vida de nosso povo.

Esta política de abastecimento alimentar, desenvolvida pela Secretaria da Agricultura e integrada com outras Secretarias de Estado, está unindo esforços de empresas vinculadas em especial à CEASA, ACARPA-EMATER, que conjuntamente sob a coordenação do Secretário Klaus Gerbert, tem demonstrado clara eficiência nos trabalhos desenvolvidos, no sentido de conter a fome do homem do Paraná.

Varreu-se do Paraná a inoperância e em seu lugar veio a decidida ação em busca de trabalho, que resultem em dias para o nosso povo, melhores, através do alimento mais barato.

Estas empresas que anteriormente estavam perdidas em ações pulverizadas que a nada levavam, hoje, estão firmes e unidas em torno de um objetivo comum - o abastecimento alimentar. Só como ilustração, vou citar o caso da CEASA. Esta empresa que no ano passado, historicamente, necessitou de recursos do tesouro do Estado para fechar o ano, e não desenvolvia nenhum tipo de trabalho com vistas ao abastecimento alimentar da população, mudou totalmente. Não só em 83 não houve necessidade do Governo do Estado repassar recursos financeiros para que ela fechasse suas contas, como passou a ter ação preponderante na área alimentar. A CEASA passou a viver de seus próprios recursos, propiciado pela locação de espaço para o comércio hortigranjeiros, hoje, de forma mais justa e competente, e também passou a exercer sua legítima função, seu real objetivo que é o de abastecer o mercado e regular preços na praça.

Tanto assim, que o próprio IPARDS no mês de outubro de 83, reconheceu em seu levantamento do nível de custo de vida em Curitiba, que o mesmo havia baixado naquele mês, devido a ação do sacolão e varejões dos níveis de preço dos hortigranjeiros da Capital. Assim, Srs. Deputados, a Secretaria da Agricultura, com o critério de aproximar os produtores dos consumidores, implantou novos equipamentos de comércio que tem possibilidade de reduzir a intermediação e o preço dos produtos. Hoje temos o sacolão em Londrina e em Curitiba e dentro de poucos dias outros municípios do Paraná também estarão ganhando os sacolões.

O sacolão da Vila Hauer tem possibilitado aos consumidores a compra de até 25 produtos diferentes por um só preço por quilo. Os varejões do Capão da Imbuia e do Capão Raso têm colocado produtos de origem hortigranjeira e alimentos básicos como o arroz, o feijão, o café, farinhas e carnes diretamente dos produtores para a mão dos consumidores.

Estão envolvidas as cooperativas cen-

trais agropecuárias como a COOCAP, a COOPE e as associações de produtores. Tanto os sacolões como os varejões atendem em torno de dez mil famílias por final de semana, num total de cem a cento e dez toneladas de produto em cada um dos postos de venda. Só em Curitiba são 30 mil famílias beneficiadas - 120 mil pessoas com 300 toneladas de alimentos em cada final de semana.

Mas tem mais: Quando José Richa assumiu o governo tínhamos apenas 20 feiras de produtores em todo o Estado. Em 14 meses de governo já temos 120 feiras de produtor em todo o Estado, com sucesso em diversos municípios onde a população, não se contentando com uma feira uma vez por semana, exigiu outros dias da semana para fazer suas compras.

Essas feiras de produtor que são organizadas pela Secretaria da Agricultura através da ACARPA-EMATER-Paraná, juntamente com as prefeituras municipais e regulamentadas pelas câmaras de vereadores, se constituem em formas simples e concretas de aproximar produtores de consumidores para que possam ser geradas novas possibilidades de colocação dos produtos a preços mais compensadores do que os preços pagos pelos atravessadores.

Dentro desta mesma estratégia da política do abastecimento alimentar a Secretaria da Agricultura desenvolve o programa de hortas comunitárias, e só neste ano estão sendo distribuídas cem mil coleções de sementes de hortaliças. Já se desenvolve o programa de compras comunitárias, também com grupos organizados de consumidores de baixa renda que recebem uma lista de trinta produtos alimentares básicos, limpeza e higiene e compram em conjunto, diretamente de produtores, reduzindo o custo em até 35% em média.

Aquilo que foi dito nos palanques pelos políticos do PMDB, se implanta hoje dentro de uma política de abastecimento onde embora a inflação enorme contida no processo de desenvolvimento brasileiro e gerada pelo Governo Federal, o Paraná, através do seu programa de abastecimento está conseguindo colocar alimentos à população com 35% do custo mais baixo que o de mercado.

Portanto, em um ano e meio de governo, já se coloca produtos relativamente em relação ao Governo Ney Braga, muito mais baixos para a população do Paraná.

Estudos estão prontos na Secretaria da Agricultura, para se desenvolver o programa de compras integradas de alimentos pelos trabalhadores das indústrias e grandes empresas e empregadores barateando ainda mais o alimento.

O objetivo maior é o atendimento da faixa de famílias que percebem até dois

salários-mínimos, correspondentes a mais de 90% da população do Paraná e 85% da população economicamente ativa, conforme o censo de 1980.

Mas, o abastecimento alimentar da Secretaria da Agricultura não pára aí. Já funcionam, na região de Curitiba, os cestos hortigranjeiros, onde um grupo de produtores atende semanalmente grupos de consumidores. Estes cestos vêm com uma diversificação de produtos agrícolas que permitem o consumo de diferentes vitaminas e sais minerais a um preço mais baixo para o consumidor, mais justo para o produtor e sem o atravessador.

Mas, as coisas não páram apenas aí: a Secretaria da Agricultura, com a colaboração da Comissão de Abastecimento Alimentar de Curitiba, tem desenvolvido as feiras de produtos hortigranjeiros da época. Já foram realizados este ano, aqui no Centro cívico, as feiras de maçã, mel, caqui, do maracujá e, neste último fim de semana, tivemos a feira da tangerina e da tainha. Na feira da maçã foram comercializadas oitenta toneladas; na do mel, dez toneladas; na do caqui, treze toneladas; na do maracujá, seis toneladas e, neste final de semana, só de tainha foram vinte toneladas a Cr\$ 1.900,00 (o preço da tainha no mercado estava a Cr\$ 3.000,00 o quilo).

E quem veio vender? Foram os pescadores da Cooperativa do Litoral do Paraná. Nunca tiveram apoio algum no passado. E quem veio comprar? Foram quase dez mil pessoas que, na verdade, representam dez mil famílias, quase cinquenta mil curitibanos foram beneficiados por uma simples ação responsável de quem está preocupado em realmente atender o povo, fazendo o abastecimento alimentar. Diversos sacolões foram abertos no Estado, em diversos municípios, por particulares com preços regulados pela CEASA.

Não pode ficar dúvida. Todos esses equipamentos de comercialização têm seus preços controlados. O que o Governo Federal não faz, o Governo Estadual está fazendo: controlando preços e abastecendo a população. Outros passos deverão ser dados no sentido de melhor controlar os preços e o mercado.

Um dos meios preponderantes é a realização de estoques reguladores pelo Estado para suprir a incompetência da CFP. Vejam o caso do milho no ano passado e do feijão, neste ano de 84.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Secretaria da Agricultura vem cumprindo um programa colocado neste Estado inteiro que é o do abastecimento popular. Nós temos na área do Instituto de Terras e Cartografia um trabalho que iremos comentar com detalhes, na próxima semana que é o da regularização fundiária, e que é o de as-

sentamento das famílias sem-terra dentro das possibilidades do Estado. Nós temos uma CAFE do Paraná que conseguiu sair do vermelho na atual administração, mas todos nós sabemos da situação lastimável por que passa a grande maioria do povo brasileiro.

Cinco anos depois do então Ministro da Agricultura, Antônio Delfim Neto, ter prometido encher a panela do povo e, ao cabo de sucessivas notícias de super-safras, um estudo realizado por técnicos do Instituto do Planejamento Econômico e Social constatou que o Brasil está muito longe de ter resolvido o dramático problema da fome. Segundo um estudo da Secretaria do Planejamento, oitenta e seis milhões de brasileiros sobrevivem com muito menos alimentos do que a Organização Mundial da Saúde indica. Isso, num País que produz, armazena e comercializa alimentos e nível razoavelmente satisfatório.

O Sr. Sabino Campos - Eu pediria um aparte ao nobre Deputado Paulo Furiatti. (Assentimento).

Agradeço o aparte e queria dar-lhe os parabéns por trazer um assunto de tão elevada importância a este Plenário. Para enriquecer um pouco mais, nobre Deputado, os beneficiados disto aí são os pequenos produtores; em que o produto é vendido diretamente do produtor ao consumidor, barateando o preço ao consumidor e subindo o preço ao produtor. Só para enriquecer um pouquinho mais, queria dizer-lhe que nos produtos básicos produzidos no Paraná, no que se refere a milho, feijão, arroz e mandioca, os pequenos produtores produzem 72,9% da produção, alimentação básica do brasileiro. Isto em propriedades médias de 16,42 hectares.

É de grande importância a política desenvolvida pela Secretaria da Agricultura do Governo José Richa que, realmente, vem de encontro com a população do Paraná, com o consumidor. E vem de encontro também com o pequeno produtor do Paraná, recebendo mais pelo seu trabalho; o consumidor pagando menos por aquilo que consome.

Está de parabéns o Governo José Richa. Está de parabéns o nobre Deputado por levantar este assunto, nesta tarde.

O SR. PAULO FURIATTI - Agradeço o aparte do nobre Deputado Sabino Campos, que como Engenheiro Agrônomo, conhece profundamente os trabalhos que estão sendo realizados a nível do Paraná, em termos de respostas concretas do uso do dinheiro público para o povo paranaense.

O Sr. Rubens Bueno - Concede-me um aparte, Sr. Deputado? (Assentimento).

Agradeço o aparte e ao parabenizar o brilhante discurso que Vossa Excelência profere nesta tarde, quero aqui lembrar que o PMDB está cumprindo seus compromi-

sos. Enquanto se dispensa aqui os intermediários, principalmente para favorecer o pequeno assalariado, os pequenos plantadores, principalmente os de hortifrutigranjeiros, quero lembrar que neste País de hoje tem até intermediário para conseguir vender votos de convencionais às convenções de partido.

Mas, como Vossa Excelência traz neste momento um assunto sério e traz dados envolvendo não só o Estado do Paraná, mas de outros Estados do País, só tenho a dizer, lembrando que o Governo Richa está cumprindo com aquilo que foi prometido. E o Secretário da Agricultura, através de sua equipe, está agora, mais do que nunca, trazendo ao povo do Paraná as vantagens de Governo legitimamente eleito nas urnas.

O SR. PAULO FURIATTI - Agradeço o aparte do nobre Deputado Rubens Bueno, que também conhece esta problemática.

O estudo mostra que a carência alimentar adquire contornos especialmente dolorosos, quando se comparam crianças da faixa de cinco anos de idade e diferentes níveis de renda. As desvantagens das pobres em relação às bem nutridas, é de 16% em relação à altura e de 20% quanto ao peso.

Por que tanta fome, se o País tem terras férteis em abundância e mão-de-obra ociosa?

Todos estamos cansados de discutir que é em função de um modelo econômico imposto à Nação, que tem sugado o sangue do povo brasileiro. E é neste contexto que entra o Governo do Paraná, com limitações de política pela alta centralização imposta por este Governo Federal, mas que nós estamos dando as respostas, porque os nossos compromissos são com a população que não tem acesso sequer aos alimentos neste Estado.

Tive o cuidado de visitar os sacolões, as feiras de produtores e conversar com a população que tem acesso aos alimentos, proporcionados pela política do Governo do PMDB, através da Secretaria da Agricultura, com 35% de preço a menos nos alimentos do que o que variam por aí.

O Governo do PMDB tem consciência do seu processo, do seu encaminhamento. E o Secretário da Agricultura, Klaus Germer, vem cumprindo fielmente estas propostas.

Sem sombra de dúvidas podemos até questionar, ainda, a falta de novas variedades de pesquisa. Podemos questionar que a pesquisa ainda faz experimentos para a colheita de algodão mecanizada. Mas, se verificarmos as ações das empresas vinculadas da Secretaria da Agricultura, junto com a população, teremos a certeza absoluta e completa de que, efetivamente, estamos dando respostas concretas e que, nesta Casa, normalmente, a Oposição desesperada tenta

(desesperada por várias razões) e vem constantemente a esta tribuna falar do Governo do PMDB. Assim como a Oposição em São Paulo do governo democrático de São Paulo.

Nada melhor de avaliarmos esta situação de ações concretas de um Governo quando temos eleições.

Já tivemos o exemplo de Santos onde o PDS lançou candidatos a Prefeito e perdeu para a soma de votos nulos e brancos. E embora o PDS paulista fique a dizer que o PMDB de São Paulo está desgastado no primeiro pleito, um ano após assumir o governo, o PDS em Santos, teve 3% dos votos e nós teremos a característica principal dos trabalhos do Governo do PMDB na outra eleição grande que virá imediatamente, que serão as eleições diretas para Presidente, este é o melhor termômetro para avaliar a população, para avaliar o sentimento do povo, para avaliar o julgamento do povo aos Governos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui esta primeira mensagem do que a Secretaria da Agricultura fez em termos de abastecimento. Na semana que vem, iremos tratar, nesta Casa, do que a Secretaria da Agricultura vem fazendo em termos de regularização fundiária e assim por diante, item por item, para trazer a esta Casa dados, números e a efetiva comprovação dos serviços que estão sendo feitos ao povo do Paraná, para que possamos mostrar o que estamos fazendo, o que pretendemos fazer para sermos efetivamente julgados e submetidos à vontade do povo e não de meia dúzia que pretende julgar num desespero e numa posição que demonstra cada vez mais o seu distanciamento à realidade do povo do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - A Mesa registrará com satisfação, a presença do Senador da República, Álvaro Dias.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NILSO SGUAREZI - O Sr. Deputado Ervin Bonkoski, inicialmente por três minutos.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O dia 12 de junho, amanhã, assinala o aniversário do Município de Matinhos. Como não poderia deixar de acontecer, a Prefeitura, tendo à frente o Prefeito Mário Pock, programou uma série de atos festivos destinados a marcar a efeméride. É a festa do município, da cidade, do povo e certamente daquele pedaço do Atlântico.

Mas a data não nos induz apenas a comemorações. Convida também a pensar um pouco na problemática dos municípios do litoral e principalmente dos balneários.

Matinhos tem suas peculiaridades, suas contradições. Seus problemas são permanentes.

Nas temporadas de veraneio tem uma impressionante população que chega a cifras que variam entre 150 e 200 mil pessoas. É a chamada população flutuante, uma população de cidade de porte médio, mas a infraestrutura é de cidade de pequeno porte.

Fora da temporada, um período que pode durar entre 8 e 9 meses, os problemas continuam, não obstante a população baixar para cerca de sete mil habitantes. É a população fixa, aqueles que vivem ali e devem conviver com as dificuldades da época em que todos esquecem que Matinhos existe. Na temporada, o excesso de gente para a estrutura da cidade; fora dela o literal abandono.

O ilusório lucro deixado pelas levaras de turistas é insuficiente para os encargos e gastos, para os investimentos; enfim, é insuficiente diante do ônus.

Por isso é necessário que se pense e que se aja mais.

Matinhos se sacrifica pelo Paraná e merece compensação. É uma questão de justiça.

Não poderemos dar as desejáveis condições para os turistas e paranaenses que visitam o litoral todos os anos, se não melhorarmos as próprias condições das cidades-balneários.

Além disso, não poderemos nunca esquecer que Matinhos existe, mesmo no período de março a outubro; não devemos esquecer que ali vive gente interessada em que a cada temporada o melhor possa ser oferecido a quem deseja passar semanas de lazer e recreação. Precisamos olhar com mais atenção para Matinhos.

Esta é a mensagem que deixo para assinalar os 17 anos do Município de Matinhos."

E as comemorações que amanhã irão se desenvolver, nós teremos também a doação por parte da municipalidade, do título e cidadão honorário ao ex-Governador Jayme Canet Júnior.

Seriam estas as nossas palavras...

O Sr. Nelson Buffara - Vossa Excelência um aparte? (**Assentimento**)

Deputado, Vossa Excelência aborda um assunto da minha região, do Município de Matinhos, que eu represento nesta Casa há cinco mandatos.

Em 67, no primeiro mandato que eu exerci, representando o povo do litoral, eu tive o prazer de votar matéria do Deputado de então, Constantino Kotzias, que criava o Município de Matinhos. Naquela oportunidade eu ombreei-me em total solidariedade ao Deputado da época, Constantino Kotzias, na criação do Município de Matinhos. como Vossa Excelência diz muito

bem, é preciso salientar os 17 anos de Matinhos comemorados amanhã, e nós estaremos lá. Vossa Excelência com certeza se fará presente também, para homenagearmos o Grande Prefeito Mário Pock e o povo daquela comunidade, que tem reclamado dos Governos que vêm se sucedendo no Paraná, as melhores atenções para aquele município. E o ex-Governador Jayme Canet, realmente, pelos relevantes serviços prestados ao litoral, notadamente a Matinhos, criando o "calçadão", e outras benfeitorias feitas naquela região, será amanhã homenageado com o título de cidadão honorário. Eu quero cumprimentá-lo e dizer que a iniciativa que Vossa Excelência está tomando, eu havia tomado e distribuí cópia à imprensa também, e me congratulo com Vossa Excelência por tão feliz iniciativa, lembrando-se que o povo sofrido de Matinhos que Vossa Excelência representa uma parcela nesta Casa Legislativa.

Muito obrigado, Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Muito obrigado caríssimo Deputado Nelson Buffara. É evidente que o ex-Governador prestou relevantes serviços ao nosso grande município litorâneo e amanhã nós estaremos juntos para viver os momentos de alegria daquele povo sofrido, mas que sem dúvida, melhores dias virão. Naquela oportunidade, também será inaugurado o sistema de água e esgoto do Município de Matinhos.

Era essa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa mensagem para o décimo sétimo aniversário do Município de Matinhos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulta à Liderança do PMDB se algum outro Deputado fará uso da palavra, no espaço que lhe é reservado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, fará uso da palavra, por dez minutos, o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Numa Nação, os bens e os males econômicos mantêm-se sempre em equilíbrio: a abundância para uns corresponde sempre à falta para outros. Grande riqueza para alguns significa privação absoluta do necessário para muitos outros. A riqueza de uma Nação está em correspondência com sua população, e sua miséria em correspondência com sua riqueza. A diligência de uns leva outros à ociosidade. Os pobres e os ociosos são consequência necessária dos ricos e dos trabalhadores.

(Do Monge Veneziano Ortes, Grande Economista do Século XVIII).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na penúltima edição dominical do "Jornal do Estado", Sua Excelência, o Líder da Bancada do PDS nesta Casa, Deputado Luiz Alberto Oliveira, processou algumas considerações sobre os reflexos do Orçamento do Estado na economia paranaense, em especial no que se refere ao desempenho dos índices de emprego.

Minha intenção é demonstrar que o nobre Líder da Minoria praticou ilusionismo, infidelidade e manipulação. E o farei por partes, e tendo em conta, de modo particular, o desempenho da economia de Foz do Iguaçu, que de resto reproduz a perversa realidade social do Paraná.

Diz o Deputado Luiz Alberto Oliveira que "a situação do desemprego em 1983, em relação ao ano anterior, teve uma performance negativa, reflexo da destinação de recursos no Orçamento do Estado. Em 1982, continua, o saldo da movimentação da força de trabalho foi de 56.376 postos de trabalho. Isto é, os diversos setores da economia do Estado admitiram 56.376 empregados, a mais que demitiram"...

"Já em 1983 - comenta mais adiante - diante o Governo do PMDB, ocorreu o contrário, ou seja, ficaram desempregados os 19.750 citados, e que seriam de responsabilidade do Governo do PMDB. Ora, Senhor Presidente, nem entrarei no mérito sobre a validade da movimentação do trabalho pura e simples, na análise da situação social do Paraná, que talvez fosse relevante numa economia de pleno emprego. Mas já que o Líder do PDS o considera relevante, tanto que pautou sua análise neste índice, posso dizer que apenas nos dois primeiros meses de 83, sob o comando da reação pedessista, este índice foi negativo em 9.452 empregos, o que representa bem mais de 50% do verificado na totalização do ano.

Mais importante é destacar que o índice positivo da movimentação do trabalho alardeado como grande obra do último ano de Governo do PDS não esconde que, em 1980, o número de subempregados era estimado em 850 mil trabalhadores, o equivalente a 29,3% da População Economicamente Ativa. Se forem ainda agregados aqueles que viviam da chamada agricultura de subsistência, ou seja, as 615 mil pessoas que, em 80, estavam ocupadas nos 215 mil estabelecimentos agrícolas de menos de 10 hectares - chega-se à conclusão de que cerca de um milhão e meio de pessoas se encontravam no Estado com ocupação extremamente precária. Sobre esta realidade o nobre Líder do PDS faz ouvidos moucos.

Do mesmo modo, o Deputado Luiz Alberto não teve a profundidade de verificar que, em 1980, tínhamos 98 mil trabalhadores desempregados, índice que saltou para 217 mil nos três primeiros meses de 1983 e que

no final deste ano deve ter-se situado na ordem de 292 mil desempregados. Estima-se que somente entre 81 e 83 a taxa de desemprego evoluiu de 4,8% para 9,3% da População Economicamente Ativa, sobre o que, também, o nobre líder não tem a dignidade política de posicionar-se.

Terceiro, o Deputado Luiz Alberto afirma que o mais grave é a situação dos setores da indústria e da construção civil. Ora, Senhor Presidente, não é lícito afirmar que esteja aí a raiz do desemprego no Paraná, pelo menos em sua versão original. Fundamental é saber que a forte tendência à concentração fundiária, da qual a família do nobre Líder da Minoria é pródiga beneficiária, determinou a redução de 16 mil estabelecimentos de produtores proprietários e de 85 mil estabelecimentos, até o início da década de 80, de produtores não-proprietários na forma de parcerias, arrendamentos e ocupação. Do mesmo modo, determinou o surgimento de meio milhão de bóias-frias.

Mesmo porque, se residir nestes setores, construção civil e indústria, o problema do desemprego, não há maior responsável que o Governo Federal, representado nesta Casa pelo PDS. Em Foz do Iguaçu, se em 81 o estoque formal de emprego era de 33.524 postos, em 82 caiu para 27.585, sendo que 5.578 foi liberado pela construção civil acionada nas obras de ITAIPU. Somente de janeiro a julho de 1983, a redução do estoque de emprego em Foz do Iguaçu atingiu um total de 17.396 salários mínimos, sendo 84% da construção civil, retirando da economia local um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros. Quem é responsável, então, pela taxa de subemprego e desemprego de 53,9% em Foz do Iguaçu? Será o Governo do Estado, que investiu em obras concluídas e em andamento aproximadamente um bilhão de cruzeiros na cidade de Foz do Iguaçu, o responsável pela imprevidência do Governo Federal?

Na segunda parte da referida entrevista, o Líder do PDS avança mais e diz que o seu Partido apresentou propostas para reduzir o desemprego, e que na oportunidade havia pedido que se deslocassem recursos destinados às "mordomias" e se aplicasse no apoio à microempresa. Critica, por conseguinte, a redução de recursos destinados para investimentos.

Sobre propostas do PDS para reduzir o desemprego e incentivar as microempresas, que me recorde, e peço que me socorram, o PDS apresentou somente propostas visando carrear recursos para entidades assistenciais, o que se de um lado é louvável, de outro não atinge o fim demagogicamente declarado.

No orçamento para 1984, houve, é verdade, expressiva elevação das Despesas

Correntes (pessoal) e uma redução relativa nas Despesas de Capital (investimentos). As Receitas de Capital alteraram sua composição como resultado direto da atual conjuntura econômico-financeira dos Estados. Ocorreu, também, significativo avanço das operações de crédito com moeda estrangeira. Isto está na função de que as principais fontes de financiamento a todos os segmentos da administração pública estão sob forte contenção, dentro das imposições do Fundo Monetário Internacional, visando reduzir a pressão no "déficit" público, e na elevação da taxa de juro. Por outro lado, esse crescimento acelerado das Operações de Crédito Externas, deve ser associada às crescentes desvalorizações cambiais, que obrigam o setor público a recorrer a recursos externos, para saldar débitos que vencem, e crescem.

Além de o Líder da Minoria omitir a responsabilidade do Governo Federal nas dificuldades pelas quais passamos, esquece que o avanço das Despesas Correntes por ele criticado se dá, sobretudo, em razão do aumento mais que proporcional nas Despesas de Custeio e nas Transferências Correntes relativos a gastos com pessoal e encargo da dívida externa promovida pelo Governo do PDS. No que se refere à despesa com pessoal, cumpre verificar o papel gerador de empregos que a política salarial do Governo do PMDB tem oportunizado, como agora quando aumenta acima do índice oficial ditado pelo Decreto Lei 2065.

O Líder do PDS falta com a verdade na medida em que não considera o forte crescimento da variação cambial e a existência da cláusula de juros flutuantes nos contratos da dívida externa do Estado de responsabilidade exclusiva do antinacoinal Governo Figueiredo e determinantes do crescimento do encargo da dívida externa.

Vemos, em consequência, que a Nação investe seu dinheiro no fomento do desemprego. O modelo que aí está, e isso o nobre Líder do PDS não pode falar sem perder sua representação nesta Casa, sobrevive, apenas para manter a odienta estrutura do poder econômico que todos conhecemos a perpetuar o sistema político que o protege. O Líder do PDS precisaria dizer, se tivesse compromisso com o Paraná e seu povo, que somos penalizados pelo antipatriotismo e covardia do Governo Figueiredo que em vez de suspender o pagamento da dívida e promover o pleno emprego, elege o FMI como porta-voz do País junto aos credores internacionais.

Quase posso ver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o momento em que a multidão de desempregados perderá a paciência e se encarregará de decidir o seu destino, com suas próprias forças. A responsabilidade que falta ao Governo Federal e ao PDS há

tem o GOVERNO JOSÉ RICHÁ, quando decide realocar para investimentos na geração de empregos recursos orçamentários da ordem de dois bilhões de cruzeiros a fundo perdido, este mês, dos quais cem milhões serão destinados para Foz do Iguaçu na criação de frentes de trabalho que pretendemos acionar, sem os vícios e a corrupção que campeiam entre os recursos federais destinados ao NORDESTE. Enfim, Senhor Presidente, esperando a contrapartida do Governo Federal, não há mesmo saída senão a liquidação do latifúndio, rompimento com o imperialismo, nacionalização da economia e superação do regime militar arbitrário. Isto é o central nesta discussão."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - Consulta à Liderança do PMDB.

O Deputado Anibal Khury está com a palavra.

O SR. ANIBAL KHURY - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Santa Casa de Misericórdia de Curitiba foi abalada há poucos dias, na sua estrutura física e assistencial, por uma explosão que se deu nas dependências da cozinha daquele estabelecimento hospitalar. Tivemos ocasião na manhã de hoje, de visitar aquele estabelecimento, em companhia do seu diretor, Dr. Félix do Rego Almeida.

Muito nos entristeceu o que nos foi dado verificar nessa ocasião: 200 doentes que a Santa Casa mantém sob a sua custódia, daqueles doentes necessitados, vindos de todo o Paraná, e mais aqueles doentes que pagam a sua contribuição àquela casa hospitalar.

O Exército através de uma unidade especializada forneceu as cozinhas necessárias para que não sofresse solução de continuidade a alimentação dos doentes. E nós do Poder Executivo e do Legislativo, ainda não nos fizemos presentes.

Fundada em 1850, a Santa Casa de Misericórdia é a mais antiga casa hospitalar de assistência àqueles necessitados.

Por isso, Sr. Presidente, eu lanço desta tribuna, um apelo a todos os nossos colegas, um apelo ao Poder Executivo, para que nos façamos presentes nessa fase difícil que atravessa a Santa Casa de Misericórdia.

Quem não se lembra da figura do professor Mário de Abreu, que foi por muitos e muitos anos diretor da Santa Casa, que proporcionou condições para que a Santa Casa viesse a ser o que realmente é: um órgão de assistência hospitalar médica, que muito nos orgulha.

Deixo um apelo ao povo do Paraná, a todos os Poderes constituídos, para que

colaborem, no sentido de que, o desastre que ocorreu naquela casa seja logo superado. E nós temos absoluta certeza, que com as providências tomadas pela direção da Santa Casa, pelo Dr. Félix do Rego Almeida, seu médico diretor, dentro de poucos dias estará tudo solucionado.

Em nome da Assembléia e em meu nome eu destinei àquela Santa Casa uma ajuda de um milhão de cruzeiros pela verba de assistência social. Tenho certeza que os meus colegas também se farão presente através de ajuda financeira. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - Consulta à Liderança do PMDB se alguns dos Srs. Deputados fará uso do horário que lhe é destinado.

Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado. Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação pra o Projeto de Lei n. 87/84, constante da Ordem do Dia marcada para hoje. - **Aprovado**.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI - (**Pela Ordem**) Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal. (**É procedida a chamada nominal**)

Trinta Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e deliberação.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. ANIBAL KHURY - Sr. Presidente, (questão de ordem). Retiro meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) -

A Mesa defere.

Retirado pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 175/83, de autoria do Deputado ANTONIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o PODER EXECUTIVO a criar "UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR", no Município de União da Vitória. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. - **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

Vinte e quatro Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para votação, mas, sim, para prosseguimento da sessão.

EM VOTAÇÃO - 1.^a DISCUSSÃO - da Proposição n.º 137/83, PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 142/83), que dá nova Redação ao Art. 150 da Constituição do Estado e trata da desvinculação da Junta Comercial do Paraná da Secretaria de Estado da Justiça. (Anexadas as Proposições de números 40/83, 142/83, 94/84 e 95/84). Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO e CONTRÁRIO À PROPOSIÇÃO n.º 40/83, por unanimidade. - **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 179/83, de autoria do Deputado ANTONIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o PODER EXECUTIVO, isentar o "JOCKEY CLUB DO PARANÁ" dos encargos contidos na doação feita pelo Estado, transcrita no Livro 3-M, sob n.º 17.386, de 23.05.61, do Cartório da 2.^a Circunscrição, desta Capital, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 243/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que dá nova Redação ao Caput do Inciso XVII, do Artigo 1.º da Lei n.º 4.245 de 25.07.60, conforme especifica. (DENOMINA IVATUBA o atual Município de IVATUBA). Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 04/84, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que autoriza o PODER EXECUTIVO estabelecer normas e critérios visando a contratação pelas Repartições Públicas da Administração Direta e Indireta de menores pertencentes às Guardas Mirins existentes no Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 05/84, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS ESPORTIVOS DO PARANÁ- ACEP", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 10/84, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MANDAGUAÇU", com sede e foro na cidade de Mandaguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 18/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ATALAIA - A.P.M.I.", com sede e foro no Município de Atalaia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 21/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 87/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 01/84), que altera dispositivos da Lei n.º 7.297 de 08.01.80 (CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., com EMENDA da C.C.J., por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 02/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (mensagem n.º 155/83), que objetiva considerar em extinção as atuais vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais Militares (QCPM), previstas na Lei n.º 7.047, de 21.11.78, alterada pela Lei n.º 7638 de 10.09.82 e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F.,

C.S.P. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 24/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RONCADOR", com sede no Município de Roncador e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 25/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, DO BRASIL - LAR BOM SAMARITANO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 29/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 68/84), que objetiva conceder ao ex-Funcionário Público Estadual HERCULANO SCHIMALESKI, pensão mensal de valor equivalente a um salário mínimo regional. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 33/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 86/84), que objetiva autorizar o PODER EXECUTIVO doar ao Município de Quedas do Iguaçu os lotes n.ºs 05, 06 e 07 da Quadra n.º 97, com área total de 1.550,00 m², situados no referido Município, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 35/84, de autoria do Deputado ORLANDO PESUTTI, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor PADRE GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA FILHO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 38/84, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que autoriza o Poder Executivo criar a "FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE FÍSICO - CADEF", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 39/84, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que autoriza o Poder Executivo, criar o "INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO LAR DO

- MENOR", com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 44/84 de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima Dom HÉLDER PESSOA CÂMARA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 45/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que institui meia entrada para estudantes em todos os locais públicos mantidos pelo Governo do Estado do Paraná, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 25/84, (Mensagem n.º 07/84- ex-Proposição n.º 10/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Braganey, visando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 26/84, (Mensagem n.º 08/84 - ex-Proposição n.º 11/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de Icaraíma e Jaguariaíva, objetivando realização de promoções, com vistas a ensejar melhoria da produção e da produtividade pecuária do Estado. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 27/84, (Mensagem n.º 09/84- ex-Proposição n.º 12/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 28/84, (Mensagem n.º 12/84- ex-Proposição n.º 15/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 30.11.83, entre o Estado do

Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 29/84, (Mensagem n.º 13/84 - ex-Proposição n.º 16/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Terra Boa, objetivando tornar viável a instalação de um viveiro de mudas de café, para fomentar a cafeicultura local. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 30/84, (Mensagem n.º 15/84 - ex-Proposição n.º 18/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 14.06.83 e o Ministério da Agricultura com interveniência da EMBRATER e da EMATER/Pr., objetivando disciplinar apoio e a integração do Ministério e do Estado, para desenvolvimento de atividades que especifica. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 31/84, (Mensagem n.º 17/84 - ex-Proposição n.º 20/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Paranavaí, objetivando regular ampliação e prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos na área do referido Município. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 32/84, (Mensagem n.º 18/84 - ex-Proposição n.º 21/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 30.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura e o Município de Cambé, objetivando realização da VIII Exposição Agrícola de Cambé. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 33/84, (Mensagem n.º 19/84 - ex-Proposição n.º 22/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.º 95/SG/83, celebrado em 07.12.83, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência de órgãos que especifica, visando supervisão e avaliação de eficácia do projeto das cidades de pe-

queno porte do Estado do Paraná. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 34/84, (Mensagem n.º 20/84, ex-Proposição n.º 23/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Municípios adiante mencionados, objetivando realização de feiras, exposições e outros eventos de estímulo e agropecuária. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 58/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 74/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Ajustes celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social e os Municípios adiante mencionados, objetivando construção de Centros Sociais Rurais em Distritos dos municípios signatários. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 96/84, (Mensagem n.º 65/84, ex-Proposição n.º 86/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando amparo e desenvolvimento às atividades de setores agropecuários do Estado. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 259/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dá nova redação ao Artigo 51, da Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73, (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 259/83
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

O Art. 51, da LEI COMPLEMENTAR N.º 2 de 18.06.83, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51 - O mandato de Vereador somente será remunerado nos casos permitidos pela Constituição Federal".

Sala das Sessões, em
13 de Dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que a Lei Complementar n.º 38 alterou a Lei Complementar n.º 25 no seu art. 3.º, permitindo-se, daí em diante que os Vereadores indistintamente pudessem receber remuneração e subsídio de acordo com o limite percentual percebido pelos Deputados, torna-se justo que a nossa Lei Orgânica dos Municípios, Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73, se adapte a essas normas legais vigentes, procurando assim melhor orientar a legislação estadual referente ao assunto.

O presente Projeto de Lei Complementar teve sua origem a partir de um debate, realizado entre o radialista Anísio Moraes da Rádio Colméia de Campo Mourão, e o especialista em municipalismo Dorival Gorski, os quais direcionaram seus pontos de vista para a atual proibição, na Lei Orgânica, quanto à percepção de vantagem pelos vereadores, contrariando o disposto tacitamente pela Lei Complementar n.º 38.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei Complementar
n.º 259/83.

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça o presente Plano de Lei Complementar de autoria do ilustre Deputado RUBENS BUENO, que visa dar nova redação ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), conforme especifica.

A justificativa se embasa no fato de ter a Lei Complementar n.º 38 alterado a Lei Complementar n.º 25 no seu artigo 3.º, permitindo-se, a partir de então, "que os vereadores indistintamente pudessem receber remuneração e subsídio de acordo com o limite percentual percebido pelos Deputados".

Em tais circunstâncias, justo é que nossa Lei Orgânica dos Municípios, Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73, adapte-se às mencionadas normas legais vigentes, orientando-se a matéria de maneira menos radical, no que concerne à percepção de vantagens pecuniárias por parte dos nobres edis.

Poder-se-á objetar que a medida ora preconizada redundará em aumento de despesa pública, sendo porém a iniciativa de tais leis, da competência exclusiva do Governador do Estado, como Chefe do Poder Executivo.

É no entanto, forçoso reconhecer o mérito do projeto no que respeita ao elevado alcance social da medida, merecendo mesmo seja relevada a desobediência ao princípio retro mencionado, por inverter a ordem da iniciativa, a fim de que a sanção governamental caso interesse à Administração, venha a sanar o vício de origem, convertendo tal desiderato na almejada lei.

Somos, assim, de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

AUGUSTO CARNEIRO

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 66/83, de autoria do Deputado IVAN DE AZEVEDO GUBERT, que estabelece a aplicação de correção monetária e juros nos débitos decorrentes de faturas referentes a obras e serviços de engenharia, executados para o Estado do Paraná e seus órgãos da Administração Direta e Indireta, na forma como especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade e PARECERES CONTRÁRIOS DA C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 66/83
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Todos os contratos referentes a serviços de construção, obras e serviços de engenharia firmados com o Estado do Paraná ou os respectivos órgãos de Administração Direta e Indireta, conterão obrigatoriamente a fixação do prazo de pagamento das respectivas faturas.

Parágrafo Único - O prazo de que trata este artigo não excederá de 30 (trinta) dias da aceitação do documento comprobatório da realização dos serviços e obras realizados.

Art.2.º - Ficam estabelecidos juros de 12% (doze por cento), ao ano e correção monetária pelos índices mensais das ORTN, a serem aplicados nos casos de atrasos nos pagamentos a que se refere esta Lei.

Art.3.º - Será responsabilizada funcionalmente a autoridade que tenha negligenciado o pagamento tempestivo das faturas referidas no artigo 1.º, no prazo contratual, quando comprovada a existência, então, de recursos disponíveis.

Art.4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

JUSTIFICATIVA:

É reconhecidamente aceito que as empresas construtoras vêm sofrendo, os efeitos dessa difícil situação econômico-financeira por que passam a Nação e o Mundo. E não se perca de vista também que as empresas de construção civil são responsáveis por um número considerável de empregos, sendo

obrigação do Governo prover pela sua estabilidade e continuidade.

Se não se der proteção ao empresário no que se refere aos seus recebimentos, estaremos com certeza empurrando-os ao caminho de insolvência, e sobretudo do seu ramo de negócio. Nos dias de hoje, quando a política econômica vigente, erroneamente, faz da especulação financeira a mais rentável das atividades, é hora de se estimular e proteger toda e qualquer atividade produtiva.

Por tais razões, grande é a nossa preocupação com respeito aos atrasos nos pagamentos de serviços prestados ao Estado ou a seus órgãos, o que afeta grandemente a economia dessas empresas. Por outro lado, não é justo que o próprio Estado venha a contribuir, com os constantes atrasos na solução de seus débitos, para a insolvência e desativação dessas firmas.

Nestas condições, espero merecer dos nobres Pares o necessário apoio para o presente projeto de lei que objetiva não apenas garantir às empresas o recebimento, em dia, de seus haveres, como também evitar que o Estado venha a arcar, desnecessariamente, com o ônus de possível atualização monetária do débito.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 66/83

PARECER:

Tem por finalidade o Projeto de Lei n.º 66/83 de autoria do nobre Deputado Ivan Gubert, estabelecer a aplicação de correção monetária e juros nos débitos decorrentes de fatura em obras e serviços de engenharia executados para o Estado do Paraná e órgãos de Administração direta e indireta conforme especifica.

Analisando-se a matéria, sob o seu aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que a proposição em tela não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Quando ao mérito, temos que, segundo a justificativa apresentada pelo seu autor, o plano de lei tem por objetivo propiciar uma proteção aos empresários quanto ao recebimento pela prestação aos órgãos públicos, nem sempre bons e pontuais pagadores.

Com isso, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02/08/83.

(aa) DJLAMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 66/83

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Ivan Gubert; que pretende estabelecer a aplicação de correção monetária e juros aos débitos decorrentes de faturas em obras e serviços de engenharia, executados para o Estado do Paraná e órgãos da administração direta e indireta, conforme especifica.

Chamada a opinar sobre o seu aspecto legal e constitucional, a Douta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou óbice para a sua tramitação.

Entretanto, no âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que embora a matéria seja das mais justas, barreiras constitucional impedem a sua tramitação normal por esta Casa, já que com a sua aplicação haverá conseqüentemente, aumento de despesas para o Estado.

Assim sendo, o nosso parecer é CONTRÁRIO, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/10/83.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;
ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N.º 66/83

PARECER:

Iniciativa: Deputado IVAN GUBERT

SÚMULA: Estabelece a aplicação de correção monetária e juros nos débitos decorrentes de faturas referentes a obras e serviços de engenharia executados para o Estado do Paraná e seus órgãos da Administração Direta e Indireta, na forma como especifica.

Senhor Presidente:

As condições de pagamento são estipuladas em Edital, onde se definem se será ou não a obra a preço fixo, com reajuste, a forma de reajuste e assim por diante.

O Governo do Paraná tem pago sempre em dia a instabilidade da política econômica praticada no Brasil hoje, impede que possamos definir em lei índices que se no presente momento podem ser considerados justos amanhã já não o serão.

Assim sendo sou de parecer CONTRÁRIO ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22/05/84.

(aa) EDUARDO BAGGIO - Presidente;
MÁRIO PEREIRA - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 74/84, de autoria do Deputado IVAN DE AZEVEDO GUBERT, que dá nova redação ao Parágrafo Único do Artigo 51 da Lei n.º 7.297 de 08/01/80, conforme especifica. (NESSAS COMARCAS, EXERCERÁ DIREÇÃO DO FORUM O JUIZ DE DIREITO MAIS ANTIGO). Com PARECER CON-

TRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 74/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O parágrafo Único do art. 51 da Lei n.º 7.297, de 08/01/80, passa a ter a seguinte redação:

Art. 51 -
Parágrafo Único - Nessas Comarcas, exercerá a direção do Fórum o Juiz de Direito mais antigo na respectiva Comarca.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/04/84.

(a) IVAN GUBERT.

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo Único do art. 51 da Lei n.º 7.297, de 08/01/80 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), estabelece atualmente que o cargo de Diretor do Fórum, nas Comarcas onde houver mais de um Juiz de Direito, será exercido pelo Juiz Titular da 1.ª Vara Cível e, em sua falta, o da 1.ª Vara Criminal, seguindo-se a atribuição pela ordem da antigüidade na Comarca.

Acontece que a fórmula hoje adotada gera situações até certo ponto injustas, pois pode ocorrer que o Juiz de Direito mais antigo na Comarca, não querendo ser removido de Vara que ocupa, para a 1.ª Vara Cível ou 1.ª Vara Criminal, acaba ficando subordinado a outro Juiz mais novo e que venha a preencher o cargo de Diretor do Fórum.

O presente projeto de lei visa a eliminar tal distorção, motivo pelo qual esperamos obter o apoio dos nobres Senhores Deputados para a aprovação do mesmo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 74/84

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado IVAN GUBERT DE AZEVEDO GUBERT, o presente plano de lei objetiva modificar o parágrafo Único do artigo 51 da Lei n.º 7.297/80 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná).

O nobre autor de proposição justifica tal medida pela necessidade de garantir ao Juiz mais antigo da Comarca o privilégio de ocupar a função de Diretor do Fórum - o que, pela lei vigente, pode não acontecer

em determinadas circunstâncias, ficando-se à mercê da possibilidade de a Direção do Fórum vir a ser ocupada por Juiz outro que não o mais antigo da Comarca.

Malgrado a justeza e elevado alcance da medida, somos constrangido a curvar-nos ante a impossibilidade jurídica do desiderato, dada a inconstitucionalidade da matéria cuja iniciativa, segundo reza a Carta Magna Estadual, cinge-se à competência exclusiva do Tribunal de Justiça:

"Art. 91 - Cabe privativamente ao Tribunal de Justiça, propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias, vedadas as emendas estranhas ao objeto da proposta ou que determinem aumento de despesas."

Nestas circunstâncias, somos pela REJEIÇÃO do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/05/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
ANIBAL KHURY - Relator

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valentin Gulin, ocorrido no dia 01 de junho do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Ferreira, ocorrido no dia 05 de junho do corrente ano, no Município de Altamira do Paraná. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Estanislau Misga, ocorrido no dia 04 de junho do corrente ano, no Município de União da Vitória. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Sartori, ocorrido no dia 03 de junho do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Acir Mezzadri e Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Marcelo Hamilton Zanon Filho, ocorrido no dia 02 de junho do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente

de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alcides Mario Queje, ocorrido no dia 03 de junho do corrente ano, Vereador do Município de Campo Tenente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Laura Costa Neves, residente nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Valensiefer, ocorrido no dia 05 de junho do corrente ano, no Distrito de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Hercília Russo, ocorrido no dia 05 de junho do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Marcelo Hamilton Zanon, ocorrido no dia 02 de junho do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Laura da Costa Neves, ocorrido no dia 05 de junho do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitado voto de pesar pelo falecimento do jovem Marcelo Zanon, ocorrido no dia 02 de junho do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Laura Costa Neves, ocorrido no dia 05 de junho do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Douglas Godoy, ex-Vereador desta Capital e Advogado. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo e cumprimentos pela posse da nova Diretoria do Sindicato dos Empregadores Rurais do Município de Ponta Grossa. - **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

Nove Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje - em processo de votação.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização sob a Presidência do Senhor Deputado José Antônio Fonseca e com a presença do Senhores Deputados membros da mesma. Havendo número legal o senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que foi relatado o Projeto de Lei n.º 30/84, de autoria do Poder Executivo: n.º 69/84, encaminhando Anteprojeto de Lei, objetivando autorizar o Poder Executivo doar a "Sociedade Filantrópica Humanitas", de São Jerônimo da Serra, o Lote n.º 4, da Gleba 2, 2.^a Parte da Colônia São Jerônimo, situada no Município de São Jerônimo da Serra, com área de 64,2 hectares. Parecer: FAVORÁVEL do Senhor Deputado Orlando Pessuti. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 22/05/84.

(aa) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Presidente
Angelina Garcia Pacheco - Secretária